

FUNCIONALISMO

Greve atrasa declarações de IR

Segundo representante de auditores fiscais, a paralisação pode empurrar para a frente o calendário das restituições

» RAFAELA GONÇALVES

A greve dos auditores-fiscais da Receita Federal, que já dura mais de quatro meses, pode provocar atrasos na restituição do Imposto de Renda em 2025. O alerta foi dado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), que representa a categoria.

A paralisação vem impactando diretamente os contribuintes e causando instabilidade nos serviços da Receita. Em entrevista ao **Correio**, o presidente do sindicato, Dão Pereira dos Santos, destacou que a greve já resultou em atrasos, como na disponibilização da declaração pré-preenchida, que foi liberada apenas no dia 1º de abril — quase 15 dias após o início do prazo oficial para envio das declarações, que começou em 17 de março.

Segundo ele, “se não resolver rapidamente essa situação da greve dos auditores, é possível que se atrase, até mesmo, o pagamento das restituições dos contribuintes, o que afeta todo mundo e não apenas os contribuintes, pois as restituições são valores importantes até para a própria atividade econômica”, enfatizou.

Os efeitos da greve vão além da declaração do IR, a paralisação também suspendeu julgamentos de processos relacionados à sonegação fiscal e tem dificultado a entrada e saída de mercadorias do país.

O presidente do sindicato prevê que a greve ainda pode comprometer as metas de arrecadação da Receita Federal até o fim de 2025, uma vez que a instituição ficou praticamente paralisada nos primeiros três meses do ano. “Temos alertado ao governo, à sociedade para a importância de uma solução rápida para esse problema, porque senão a gente não tem como garantir que vamos conseguir recuperar esses efeitos que foram produzidos nesse primeiro trimestre do ano”, afirmou.

Mesmo com a dificuldade de estimar os efeitos da paralisação, o sindicato calcula que R\$ 14 bilhões em tributos deixaram de ser arrecadados devido à lentidão nos trâmites fiscais. O impacto também é sentido no Conselho Administrativo de Recursos

Fiscais (Carf), onde conselheiros não pautaram processos em janeiro e fevereiro, travando discussões que somam R\$ 145 bilhões.

No comércio exterior, os prejuízos logísticos e operacionais já alcançam R\$ 3,5 bilhões, incluindo custos com armazenagem, quebra de contratos e remessas internacionais paradas — mais de 600 mil encomendas permanecem retidas nas unidades da Receita em todo o país.

Em assembleia realizada no dia 28 de março, mais de 5.600 auditores reafirmaram sua adesão à greve. A principal demanda da categoria é o aumento do salário-base, atualmente fixado em R\$ 29 mil. O Ministério da Gestão e Inovação ressalta que os auditores já receberam um aumento de 9% e que o bônus eleva significativamente a remuneração total da carreira.

Os auditores, no entanto, defendem que o bônus não deve ser considerado parte do salário e exige equiparação com outras categorias que obtiveram reajustes neste ano. O governo federal, por sua vez, argumenta que os auditores já foram contemplados com um decreto que regulamenta um bônus de produtividade, iniciado no ano passado, com previsão de aumentos escalonados no teto desse bônus até 2026.

Sem previsão de resolução, o impasse pressiona o governo em meio a uma arrecadação abaixo do esperado e aumenta os riscos de um atraso no cronograma de pagamento de restituições.

Balanço

Até as 17h de sexta-feira, a Receita informou que já havia recebido mais de 8,2 milhões de declarações. “Todas as formas de envio da declaração estão funcionando normalmente sem registros de instabilidade”, informou o órgão. Somente pelo “Meu Imposto de Renda”, já foram contabilizados mais de um milhão de envios desde o dia 1º de abril.

O prazo para entrega da declaração termina em 30 de maio, a expectativa é de que 46,2 milhões de declarações sejam entregues até o final do prazo. O calendário de restituições deve ter início na mesma data do fim do prazo para envio das informações para o Fisco.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Além dos atrasos no processamento do Imposto de Renda, greve dos auditores fiscais suspende julgamentos e dificulta as exportações

Gilmar autoriza corte de salários no INSS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» MAIARA MARINHO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, rejeitou as alegações feitas pela Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANPM) de que o governo federal teria esvaziado o direito de greve dos servidores públicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com isso, o governo poderá cortar os salários dos servidores em greve.

A decisão, publicada ontem, foi encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) para “que tomem ciência de possível abuso de direito de greve” e para que os órgãos

avaliem as “medidas necessárias para mitigar os efeitos nefastos da paralisação”, inclusive, da necessidade de instauração de inquérito policial.

Em 2023, o governo federal publicou portarias que revogaram a decisão assinada em um acordo feito entre o Ministério do Trabalho e Previdência (MTE) e a ANPM, homologado pelo STJ. O termo previa meta máxima de atendimentos diários para os servidores, com a finalidade de diminuir a sobrecarga funcional denunciada pelos trabalhadores em greve anterior, realizada em 2022, por exemplo.

Devido à nova regulamentação, feita sem consultar os representantes da categoria, a ANPM organizou uma nova greve no

início do ano passado. Nas ações apresentadas ao STF, a Associação acusa o Secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal e a Diretora do Departamento de Perícia Médica Federal, Márcia Rejane Soares Campos, de prejudicarem o direito de greve devido ao bloqueio total das agendas dos peritos médicos federais que aderiram ao ato grevista.

No entendimento do ministro Gilmar Mendes, apesar de reconhecer a legitimidade do direito de greve, ele não é “absoluto e não pode ser exercido de forma irrestrita e por tempo indeterminado, comprometendo a continuidade de serviço de natureza essencial e de elevada envergadura para o interesse público”.

O ministro concluiu que o bloqueio total das agendas tinha como objetivo minimizar os impactos da greve. A ANPM divulgou que mais de 2,5 milhões de pagamentos a aposentados e pensionistas estão atrasados. “A resolução desse grave problema apenas será alcançada com a adoção de medidas sérias e combinadas, quais sejam, a revisão dessas políticas públicas que favorecem a concessão desenfreada e a assinatura de acordo com a categoria para que o trabalho regular seja retomado em sua plenitude”, informou a organização.

Questionados pelo **Correio**, o STJ não retornou até o fechamento desta edição, e a PGR informou que irá se manifestar apenas nos autos do processo.

CB.AGRO

Manejo consciente do fogo é sustentável

» POR FERNANDA GHAZALI*

O Brasil registrou mais de 30,8 milhões de hectares queimados entre janeiro e dezembro de 2024, de acordo com dados do Monitor do Fogo, do MapBiomias. Esse número representa um aumento alarmante de 79% em relação a 2023 e destaca a urgência de políticas eficazes para o controle do fogo. Com o objetivo de enfrentar esse desafio, foi sancionada a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14.944/2024), tema da edição de ontem do **CB.Agro**, parceria do **Correio** e da **TV Brasília**.

As jornalistas Mariana Niederauer e Sibel Negromonte entrevistaram Heitor Sousa, biólogo, mestre em ecologia e doutor em ciências do ambiente, sobre a nova legislação, sancionada em julho de 2024, estabelecendo diretrizes para o uso responsável do fogo e reconhecendo sua importância ecológica, especialmente em biomas como o Cerrado, que evoluíram com queimadas naturais.

Segundo Sousa, o manejo integrado do fogo envolve três pilares principais: a ecologia do fogo, que estuda seu impacto na biodiversidade; as práticas de controle e prevenção de incêndios; e a valorização do conhecimento de comunidades tradicionais

e produtores rurais.

“O plano é um avanço no sentido de construir um manejo do fogo mais sustentável principalmente em biomas que necessitam do fogo como função ecológica para o funcionamento dos ecossistemas. O plano visa integrar essa prática às comunidades rurais e ampliar sua aplicação para além das unidades de conservação”, explicou o especialista.

Apesar da percepção popular de que o fogo é apenas destrutivo, Sousa reforça que ele pode ser um aliado para o meio ambiente e para a produção rural. “O uso do fogo sempre foi criminalizado no Brasil, mas ele pode ser um amigo do produtor rural, sendo útil tanto para o manejo da propriedade quanto para a conservação da vegetação e das águas”, destacou.

Métodos adequados

O uso consciente e estratégico do fogo, através das queimadas prescritas, que reduzem o acúmulo de matéria orgânica seca que pode alimentar incêndios florestais, e dos aceiros, que são faixas de terra sem vegetação que impedem que o fogo se espalhe, são algumas das técnicas que englobam o manejo.

O plano também permite que comunidades tradicionais

Ed Alves CB/DA Press



Segundo o biólogo Heitor Sousa, o uso do fogo pode ser “um amigo do produtor rural” e da natureza

realizem queimadas controladas para agricultura de subsistência, desde que respeitem critérios como a comunicação prévia aos brigadistas florestais e o planejamento adequado para minimizar riscos. Além disso, o Código Florestal (Lei 12.651/2012) já prevê que produtores rurais obtenham licenças para o uso do fogo de forma legal e segura.

“Os produtores podem participar de comitês para planejar o manejo do fogo dentro de suas comunidades, beneficiando a

conservação da biodiversidade e aumentando a produtividade”, afirmou Sousa. No entanto, ele alerta que a capacitação técnica é essencial para evitar queimadas descontroladas.

Mudanças climáticas

O avanço das mudanças climáticas tem tornado o Brasil mais quente e seco, aumentando a intensidade e a frequência dos incêndios florestais. Eventos climáticos extremos estão cada vez mais recorrentes, tornando

a seca, por exemplo, um fator de risco para o manejo do fogo. “Com temperaturas elevadas e vegetação seca, os incêndios se espalham mais rápido e se tornam mais difíceis de controlar”, alertou o especialista.

De acordo com estudos do MapBiomias, o Cerrado foi um dos biomas mais afetados em 2024, com 9,7 milhões de hectares queimados, sendo 85% em áreas de vegetação nativa. Já o Pantanal, que sofreu com uma seca extrema, registrou um aumento de 64% na área queimada



O plano é um avanço no sentido de construir um manejo do fogo mais sustentável principalmente em biomas que necessitam do fogo como função ecológica para o funcionamento dos ecossistemas. O plano visa integrar essa prática às comunidades rurais e ampliar sua aplicação para além das unidades de conservação”

em comparação à média dos últimos seis anos. Na Amazônia, 17,9 milhões de hectares foram destruídos pelo fogo, a maior área desde 2019.

Para enfrentar esse cenário, o biólogo defende que o planejamento do manejo integrado do fogo é essencial e deve ser feito com antecedência, monitorando padrões climáticos e ajustando a época das queimadas controladas para reduzir os riscos.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula